

Reforma das carreiras especiais deixa de fora 40 mil funcionários

São cerca de 40 mil os funcionários públicos que verão adiado para a próxima legislatura o seu futuro profissional

Em causa estão os trabalhadores dos impostos e das alfândegas, os técnicos de diagnóstico e terapêutica, os oficiais de justiça e os funcionários dos registos e notariado, integrados em carreiras especiais, e que ainda não viram a sua profissão adaptada às novas regras que, entre outros aspectos, torna mais difícil a progressão salarial.

Contudo, o número de funcionários que estão dependentes das decisões do próximo Governo ultrapassa os 200 mil. Isto se nas contas entrarem os 150 mil professores que continuam a criticar o estatuto da carreira docente e o sistema de avaliação e vão fazer tudo para ressuscitar o processo logo a seguir às legislativas; os 37 mil enfermeiros que já têm novo estatuto mas que estão descontentes com a proposta de grelha salarial; e os militares que já têm novo estatuto remuneratório, mas ainda não viram a sua carreira revista.